

FAISA FACULDADES
FACULDADES ALTERNATIVAS SANTO AUGUSTO
IVANDRA TERESA KARLING

ESPECIALIZAÇÃO EM AÇÃO INTERDISCIPLINAR NO PROCESSO ENSINO-
APRENDIZAGEM COM ÊNFASE NOS PARADIGMAS ATUAIS DA
EDUCAÇÃO.

INCLUSÃO ESCOLAR NA REDE REGULAR DE ENSINO.

Maravilha
2012

IVANDRA TERESA KARLING

INCLUSÃO ESCOLAR NA REDE REGULAR DE ENSINO.

Trabalho de Conclusão de Curso de
Pós Graduação Lato-sensu, pela
FAISA Faculdades.

Orientador: Prof^a MSc: Cleni da Fátima da Silva Machado Pilz.

Maravilha
2012

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, pois sem ele, nada seria possível. A minha mãe e minha irmã, obrigada por serem minha referência. A todos que estiveram ao meu lado durante essa caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que de tantas maneiras estiveram sempre presentes em minha vida, pelo incentivo, cooperação e apoio, em especial aos que compartilharam comigo momentos de tristezas e também de alegrias, nesta etapa, em que, com a graça de Deus, está sendo vencida.

Aos amigos que fizeram meu coração sorrir, e que esteve sempre junto até mesmo quando não estava disposta.

Aos professores, que estiveram presentes no decorrer desta caminhada.

As escolas onde realizei minha pesquisa de campo, que me receberam de portas abertas, em especial a direção dessas escolas pelo acolhimento.

Muito Obrigada!

Não há saber mais ou saber menos: Há saberes diferentes.

Paulo Freire

RESUMO

O presente relatório denominado Inclusão Escolar na Rede Regular de Ensino objetiva melhor esclarecer e orientar a todos que se encontram envolvidos com a Educação Inclusiva em sala de aula. Procura compreender a legislação que a ampara, com embasamento no Ministério da Educação, entre outros autores que se encontram envolvidos neste processo de inclusão. Abrange entrevistas realizadas com gestores de várias escolas da rede regular de ensino, com o objetivo de realizar estudo teórico e prático com elementos para contribuir para a Educação Inclusiva. Salaria a importância da participação dos pais junto à escola e a forma com que os professores irão lidar com esse processo de inclusão. É ressaltado a forma que será avaliado o aluno portador de necessidade especial em todos os seus aspectos, levando-se em conta o planejamento do professor e da instituição para que devesse isso acontecer.

Palavras chave: Gestão Escolar, Educação Inclusiva, Exclusão, Processo de ensino aprendizagem.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 8 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO..... | 10 |
| 2.1 HISTÓRICO DA GESTÃO ESCOLAR..... | 10 |
| 2.2 GESTÃO DEMOCRÁTICA INCLUSIVA..... | 12 |
| 2.3 RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA X PLANEJAMENTO DO PROFESSOR.... | 15 |
| 3 ANÁLISE DOS DADOS..... | 17 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 21 |
| REFERÊNCIAS..... | 23 |

INTRODUÇÃO

A consolidação da educação básica como componente da educação escolar e como direito de todos os cidadãos é um objetivo não somente do governo, mas de toda a sociedade brasileira. Além de garantir as condições de acesso e permanência de crianças, jovens e adultos nesses componentes educacionais, é preciso construir um projeto político-pedagógico de educação básica de qualidade, comprometido com as múltiplas necessidades sociais e culturais da população.

Para **justificarmos** a questão da inclusão na Educação Básica procuramos entender a diversidade que se faz presente, pois a base da educação dos alunos precisa se construir numa abordagem de apoio colaborativo. O fato de termos em sala de aula alunos de diferentes possibilidades exige-nos pensar esta aprendizagem de forma coletiva e diferenciada das que estão ocorrendo hoje nas escolas. Tivemos um marco na educação brasileira que foi a educação inclusiva de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394. A educação inclusiva hoje tem como objetivos assumir o compromisso de transformação social, por meio da Política de Educação Inclusiva, em todos os níveis de práticas educacionais emancipatórias. Propondo em nossa pesquisa realizar estudo teórico e prático com elementos para contribuir na educação inclusiva.

Para tanto, buscaremos **Problematizar** que elementos teóricos e práticos se fazem necessários para a gestão inclusiva no espaço escolar e entender qual é a preocupação fundamental que enfrenta o sistema educativo para melhorar a qualidade da educação pública, a fim de que todos aprendam mais e melhor numa abordagem inclusiva.

Temos como **objetivo** de um modo geral buscar elementos teóricos e práticos que se fazem necessários para a gestão inclusiva no espaço escolar. Também de modo específico buscamos analisar quais são os métodos que a gestão escolar está desenvolvendo hoje no processo que inclusão escolar, sistematizando elementos metodológicos a fim de enaltecer a gestão escolar como processo de democratização escolar, fundamentando teoricamente as mudanças históricas e políticas ocorridas no processo de gestão escolar, bem como, o papel do gestor neste processo.

As **questões de pesquisa** apresentadas referem-se á : Quais as legislações que embasam a gestão escolar? Como os princípios sociais e culturais interferem nas relações professor/aluno dentro de uma visão de democracia escolar? Como a evolução

histórica que passa de administração escolar para gestão escolar interfere hoje no trabalho escolar? Quais mudanças (adaptações) foram efetuadas na escola, pela gestão escolar, para que o processo de inclusão pudesse ser efetivado?

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica com vários livros de autores que contribuem no processo da Educação inclusiva no Brasil. Segundo a LDB 94/96, que promulgou baseado nos princípios universais o direito à educação para todos.

Para realização da pesquisa de campo entregamos questionários para gestores das da Educação Básica das escolas estaduais, municipais e particulares do município de Maravilha. Também, gestores da Educação Infantil da rede municipal de ensino de Maravilha.

Estando estruturado da seguinte maneira:

No capítulo I descreve minuciosamente os passos do projeto de pesquisa e os encaminhamentos do relatório.

No capítulo II apresenta-se a fundamentação teórica onde é abordado o histórico da gestão escolar, a gestão democrática inclusiva e a relação família e escola versus planejamento do professor.

No capítulo III apresenta-se a análise dos dados, onde descreve o debate feito com os gestores em nossa instituição onde foram feitas perguntas e respostas e posteriormente fundamentadas neste capítulo.

No capítulo IV apresentam-se as considerações finais que aborda os principais resultados obtidos com a realização da pesquisa. Em virtude do tempo e por não disponibilizar de uma análise mais profunda sobre o tema, outras pessoas poderão estar fazendo novas contribuições.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo abrangeiremos a educação na contemporaneidade, o grande desafio de rever suas ações frente a uma gestão que precisa pensar o seu aluno como um todo, respeitando as suas necessidades e peculiaridades, construindo coletivamente e criando condições para que seja possível atender às diversidades dentro da escola.

2.1 HISTÓRICO DA GESTÃO ESCOLAR

Os pesquisadores Taylor e Fayol foram os primeiros pesquisadores a tratarem do assunto de administração. Sendo que Taylor estabeleceu funções de planejamento, supervisão e execução, já o pesquisador Fayol concentrou suas preocupações no campo do administrador, sendo que uns administraram e outros executam. Conforme Falsarella (2006), a partir da década de 30, a educação surge com trabalhos na escola, sendo que os mesmos se destacam na necessidade da escola. Nas bases ideológicas da teoria da administração, a história das mudanças de regimes políticos são as relações de produção que determinam as forças políticas da dominação. A teoria sobre administração serve a sociedade capitalista e seu objetivo é o lucro. A escola tem em vista a eficácia com perfeição no processo no campo produtivo. Sendo que as teorias como a habituação do trabalhador, o envolvimento e outras teorias são as bases da divisão do trabalho, e que entre elas planejam e executam seus sistemas dentro de uma escola. A mesma administração escolar é igual á administração de empresas, um exemplo disso é a visão do administrador quanto á criança, que é igual a funcionários de uma empresa, onde todos desempenham a mesma função, no caso a escola, o aluno entra na sala de aula, o professor passa a tarefa e todos a fazem igual, estudam com horários de entrada e saída determinados da mesma forma que uma empresa.

Nos últimos anos, a administração surgiu como um desenvolvimento da sociedade capitalista, e especialmente com os avanços da industrialização, não deixando de planejar o trabalho que vai ser executado pelos seus operários e cabe ao departamento de administração o dever de supervisionar a execução de suas tarefas exercidas. Assim acontece na escola hoje. É dever do professor junto com outros membros da escola planejar suas tarefas que vão ser exercidas e adquiridas pelos mesmos, sendo que as mesmas vão ser repassadas aos alunos (UHLE, 1988, p.55).

Pelas mudanças que a sociedade está passando, a administração já não consegue dar conta. Por outro lado, na questão da administração burocratizada, a disciplina é de extrema importância e está ligada a estrutura de carreira na escola.

Com tantas mudanças no modo de administrar, nos anos 90 vê-se a necessidade de substituir o termo administração dando lugar ao termo gestão, onde há uma maior participação de todos na escola, que é chamada de gestão democrática. Esta mudança não foi por uma simples troca, mas sim por um novo conceito de organização, que envolve uma dinâmica na escola. Conforme citado por Uhle (1988, p.60):

A gestão é uma expressão que ganhou corpo no contexto educacional, acompanhando uma mudança de paradigma no encaminhamento das questões desta área[...] o conceito de gestão esta associado ao fortalecimento da democratização do processo pedagógico.

Em termo pedagógico, é ela a responsável pela participação nas decisões e efetivação acompanhadas de um compromisso coletivo e significativo. A gestão educacional está ligada à democratização e participação no processo de decisões, abrangendo a dinâmica do trabalho, como uma prática social, executada na organização de ensino.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, nos artigos 14 e 15 ficam sancionados que:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Em concordância, o Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica ressalta:

[...] gestão democrática é entendida como a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, pais, professores, estudantes e funcionários na organização, na construção e avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola, enfim, nos processos decisórios da escola. Portanto, tendo mostrado as semelhanças e diferenças da organização do trabalho pedagógico em relação a outras instituições sociais, enfocamos os mecanismos pelos quais se pode construir e consolidar um projeto de gestão democrática na escola.

A construção da gestão democrática implica em luta pela garantia da autonomia da unidade escolar, participação efetiva nos processos de tomada de decisão, incluindo a implantação de processos colegiados nas escolas e, ainda, financiamento pelo poder público, dentre outros.

A escola como um espaço democrático, é de extrema importância, na medida em que desejamos uma escola que atenda às atuais exigências da vida social: formar cidadãos, oferecendo, ainda, a possibilidade de apreensão de competências e habilidades necessárias e facilitadoras da inserção social.

2.2 GESTÃO DEMOCRÁTICA INCLUSIVA

A Educação Inclusiva teve início nos Estados Unidos através da lei pública 94.142, de 1975. Por educação inclusiva se entende o processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais ou de distúrbios de aprendizagem na rede comum de ensino em todos os seus graus.

Segundo a Profa. Dra. Leny Magalhães Mrech, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo: deve-se levar em conta que a inclusão é atender aos estudantes portadores de necessidades especiais na vizinhança de sua residência, propiciar a ampliação do acesso destes alunos às classes comuns, propiciar aos professores da classe comum um suporte técnico, perceber que as crianças podem aprender juntas, embora tendo objetivos e processos diferentes e levar os professores a estabelecer formas criativas de atuação com as crianças portadoras de deficiência.

A doutora ainda afirma que as escolas devem aderir ao processo de abolição de repetência e sim manter um processo de formação continuada. Os estudantes com deficiência quando inseridos na rede regular desenvolvem apreciação pela diversidade individual, adquirindo novas experiências. O processo de integração educativa diz

respeito ao processo de ensinar crianças ditas normais com crianças portadoras de deficiência. Ela afirma também que quando se trata de deficiente, entendem-se como sendo portador dessa ou daquela deficiência, porém deve-se deixar bem claro que, em sua percepção social deve prevalecer à pessoa, embora com limitações que não são as suas únicas características já que tem potencialidades também.

Com o tempo começaram a surgir críticas a respeito da palavra portador, a doutora Uhle (1988, p.57): nos explica:

É que a idéia de “portar alguma coisa” sugere ser possível livrar-se do objeto que é portado. Sobre este enfoque, lamentavelmente, não é possível deixar de portar uma surdez, por exemplo! Embora qualquer esforço para reduzir seja compreensível e desejado, convém lembrar que a mudança de nome facilita necessariamente, a aceitação, mas não garante que as providências a serem tomadas para a melhoria da qualidade de suas vidas obtenham bom êxito, ou estimule oferecimento de melhor educação.

Neste aspecto para a autora um mundo inclusivo é um mundo onde as oportunidades sejam as mesmas, que ocorram de forma participativa sem serem marcadas pelas desigualdades. Essa interação não está acontecendo apenas pelo decreto de legislação, e sim pelo processo que começa pela escola. Tratando-se de uma nova forma de ver a escola e lidar com essas diferenças, começando pelo professor que é o alicerce.

Nesta visão nos deparamos com que tipo de cidadãos queremos formar, segundo o Ministério da Educação (2001, p. 8), o modelo pedagógico que foi reproduzido durante décadas mostra-se pouco eficiente na questão de preparar sujeitos críticos, criativos e participativos. O individualismo e a especialização técnica são algumas das características das tendências pedagógicas, também por meio das políticas educacionais que foram sendo efetivadas. Quando abordamos a exclusão nesta perspectiva implica compreende - lá em todo o seu sentido de raça, cultura, valores/crenças, religiosas, classe social ou com necessidades especiais.

No que se refere aos direitos da criança e do adolescente, em 1996, ocorre a nova aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional conforme relata o Ministério da Educação (2001, p.10):

[...] Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394, que tem como finalidade concretizar o preceito constitucional e responder ao compromisso assumido pelo País quanto à efetivação de uma “Educação para todos”, não podendo conter nenhum tipo de atuação discriminatória no sistema regular de ensino. Assume-se, assim, a partir desses novos referenciais, o compromisso de produzir uma educação comprometida com a cidadania, considerando sempre a diversidade.

A educação como cidadania está inserida num processo de mudança contra qualquer tipo de subordinação e exploração, porém, para que isso ocorra a escola dever ser democrática, “através do diálogo, do questionamento crítico, baseados no conceito de homem como sujeito/agente. A educação fortalece e dá voz às pessoas e aos grupos sociais.” (Ministério da Educação 2001, p. 11). Se a escola tiver esse tipo de estrutura o aluno será um participante da vida pública.

Porém, deve-se levar em conta que a discriminação não ocorre somente pela exclusão, o discurso de igualdade hoje propicia a própria discriminação do ponto de vista de ser tratada de modo diferente, como se o sujeito tivesse menos possibilidade e capacidade. A nova Legislação na Constituição Federal em seus artigos 7.º; 23; 24; 37; 203; 208; e 227 (anexo 2) traz uma garantia a portadores de necessidades especiais, propiciando assistência e atendimento escolar especializado, principalmente no que se refere a rede regular de ensino. Dando continuidade a isto em 1996, é criada em Santa Catarina uma nova resolução com aponta o Ministério da Educação (2001 p. 12):

[...] a Resolução nº 01/96 do conselho estadual de educação (anexo 3), que fixa as normas para a Educação Especial no Sistema de Ensino de Santa Catarina, seguindo os preceitos constitucionais e as políticas encaminhadas até então, onde as crianças com necessidades educativas especiais deverão, preferencialmente ser atendidas na rede regular de ensino, beneficiando-se no, entanto, dos diferentes serviços de atendimento especializado.

Neste âmbito deverá ocorrer uma mudança na prática tanto na sociedade como nas escolas que ainda perduram essas práticas discriminatórias.

O autor Bauman (1998, p. 14) faz uma reflexão de como se encontra o mundo hoje, com coisas fora do lugar, chamado por ele de “corporificação da sujeira” ou “estranho” das quais devemos lutar para modificá-las. Porém, ressalta que estamos numa época pós-moderna onde já se prevalece a presença do “estranho”, e a questão já não é mais modificá-las, mas como conviver com essas diferenças, que na maioria das vezes

são encontradas nas salas de aula, onde abrigam milhares de crianças com diferentes necessidades, tanto física, mental, psicológica, como também problemas familiares.

Como educador cabe a cada um fazer sua parte para que ocorra a inclusão, a presença do estranho no meio escolar como ressalta Bauman, e que este se sinta integrado na rede de ensino, como sendo parte desse grande grupo de crianças e adultos não ditos normais, mas sim contendo cada uma suas limitações, e formas diferenciadas de viver o mundo.

2.3 RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA X PLANEJAMENTO DO PROFESSOR.

Temos hoje milhares de profissionais espalhados pelo Brasil, que lutam por uma escola necessária e possível onde não exista mais a exclusão, que atinge não somente crianças com alguma deficiência, mas também pela classe social que ela pertence. Arroyo descreve em seu livro “Da Escola Carente À Escola Possível” (2003, p. 11):

As estatísticas não fazem outra coisa senão confirmar o fracasso escolar dos filhos do povo. Os índices de repetência e evasão teimam em mostrar que quase 60% dessas crianças não ultrapassam a 1º série, e o restante ira saindo, ou sendo forçado a sair, ainda nas primeiras series, sem contar aqueles que nem entram na escola.

Hoje a evasão tornou-se um tema polêmico na maioria das escolas, não se sabe mais qual a melhor forma de se ensinar e prender a atenção do aluno a sala de aula. Arroyo (2003, p. 20) nos ressalta que não é mais possível ensinar as crianças a terem participação na escola, se envolverem com a escola e assim criar amor por ela a ponto de não desistirem, se ainda se ensina com o mesmo livro didático, a mesma forma de dar aula de anos atrás.

A escola, junto à direção e professores deve ter em mente que necessitam novas formas e aperfeiçoamentos para ensinar, já que os alunos estão também mudando. Um dos pontos fundamentais é a vinda dos pais á escola, pois a educação inclusiva começa pela família. Evans (2003, p. 10) esclarece que um dos princípios essenciais da educação inclusiva é começar pela experiência dos pais com seus filhos entre outros a

sua preocupação, assim repassando á escola a melhor forma de lidar com essas dificuldades enfrentadas em sala de aula.

Quando se trata da criança com necessidades especiais a autora Evans (2003, p. 11) aborda a importância do dialogo entre pais e professores, pois o que muitas vezes acontece é que a escola tem um ritmo acelerado e diferente dos pais, o que torna maior a dificuldade da criança aprender, ai a importância dos pais e professores traçarem estratégias para responderem as necessidades da criança.

Em todo país estão ocorrendo cursos de capacitação para professores para melhor lidarem com o processo de inclusão, porém sabemos que deve partir do professor acreditar em seus alunos, fazendo com que se sintam capazes e integrados a toda comunidade escolar. Partindo desse contexto as crianças irão se sentir integrada e seu rendimento será maior na rede de ensino.

3 ANÁLISE DOS DADOS

As entrevistas com gestores da rede municipal, estadual e particular de Educação Infantil e Básica, foram realizadas através de perguntas referentes à política de educação inclusiva que se encontra nas escolas. Com a nova implantação da LDB sobre a inclusão social, a educação dispõe de algumas leis que favorecem os indivíduos portadores de necessidades especiais. Para entendermos melhor esta questão procuramos identificar junto à escola as mudanças que a nova LDB causou.

Sabemos que a educação inclusiva se encontra amparada por diversas leis entre elas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394 e a Resolução nº 01/96 do Conselho Estadual de Educação que fixa as normas para a Educação Especial no Sistema de Ensino de Santa Catarina, onde as crianças com necessidades educativas especiais deverão preferencialmente ser atendidas na rede regular de ensino.

Tendo como base esse raciocínio perguntamos aos gestores: Vocês conhecem as leis que amparam a Educação Inclusiva, e são essas aplicadas e suas escolas?

Os gestores de Educação Básica responderam que: “Conhecemos a lei e nos esforçamos ao máximo para cumpri-la, para que haja a inclusão em sala de aula, porém, muitas vezes não basta apenas conhecer a lei para colocá-la em prática, é preciso que gestores, professores, pais e alunos se esforcem para que isso se torne uma realidade”.

Os gestores de Educação Infantil responderam que: “Conhecemos a lei e conseguimos de forma democrática debater e por em prática a inclusão em sala de aula”.

Como pedagogos temos que ter em mente que a democracia nem sempre está presente em nossas escolas, devemos estar sempre nos capacitando para que sempre estejamos atualizados e com novas metodologias de ensino.

Dando continuidade ao assunto perguntamos aos gestores: O que vocês entendem e avaliam por avaliação inclusiva?

Os gestores de Educação Básica responderam que: “No papel tudo é bonito, mas na prática a realidade é outra”. “Quando o professor chega à sala de aula e se depara com uma turma grande e um aluno com necessidades especiais muitas vezes o que ocorre é que o rendimento não vai ser mais o mesmo da turma toda ou vai ser deixado de lado esse aluno que necessita de mais atenção”.

Os gestores da Educação Infantil responderam que: “A escola está preparada para receber esse tipo de aluno”. “E buscado informações de pessoas que trabalham com essas crianças para melhor atendê-las na rede regular de ensino, ocorre sim à inclusão como deveria na educação infantil”.

A avaliação inclusiva vai bem além de apenas incluir o aluno em sala de aula, é necessário que o aluno se sinta incluído em sala, tanto no que diz respeito à forma de se repassar os conteúdos como também da forma que o mesmo é tratado pelos professores e demais colegas.

Segundo a Profa. Dra. Leny Magalhães Mrech, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, um mundo inclusivo é um mundo onde as oportunidades sejam as mesmas, que ocorram de forma participativa sem serem marcadas pelas desigualdades.

Sabemos que cabem a nós professores fazermos a nossa parte para que realmente ocorra a inclusão em sala de aula e não apenas esperarmos para que algo de fora venha pronto para aplicarmos e resolvermos o problema.

Os pais precisam ter em mente que é preciso que haja muita comunicação e participação junto à escola para que a criança tenha um melhor desempenho em sala de aula.

Visando a participação dos pais na escola, perguntamos aos gestores: De que forma ocorre a participação dos pais quanto ao processo de inclusão?

Os gestores de escolas de Educação Básica concluíram que os pais pouco participam só alguns tem interesse pelo filho, outros escondem que tem filho com alguma necessidade especial. “É difícil trabalhar com uma criança dita normal, então imagina se trabalhar com uma criança com outros tipos de necessidades sem se saber o que fazer para conseguir que o aluno aprenda”. “É cultural, a família de maior classe social se envolve mais”. “O diálogo nem sempre acontece”.

Os gestores de Educação Infantil responderam que: “Os pais participam, a apoio e reuniões para se tratar do assunto. Tudo ocorre como a lei garante”.

Partindo desse pressuposto, podemos analisar as dificuldades encontradas para se lidar com a educação inclusiva em sala de aula.

Há uma grande distância entre a normalização e a aplicação das legislações, pois, a criança com necessidades especiais tem direito à educação na rede regular de ensino, todavia, não usufrui plenamente dos seus direitos. Evans (2003, p. 10) esclarece que um dos princípios essenciais da educação inclusiva é começar pela experiência dos

pais com seus filhos entre outros a sua preocupação, assim repassando a escola a melhor forma de lidar com essas dificuldades enfrentadas em sala de aula.

O aluno que apresenta necessidades especiais deve ter um encaminhamento diferenciado, uma atenção maior devido ao seu processo de aprendizagem. Levando isso em consideração perguntamos aos gestores: Durante o planejamento é pensada a forma de se trabalhar a inclusão em todos os seus aspectos?

Os gestores da Educação Básica responderam que: “Cabe a cada professor fazer o seu planejamento para a sua turma quando nela esta incluída um aluno com necessidades especiais”.

Os gestores da Educação Infantil responderam que: “Não é parado para planejar pois o aluno com necessidades especiais deve estar incluído em tudo que acontece na sala de aula e se fosse parar para planejar por causa desse aluno não seria inclusão”.

Para entendermos melhor como ocorre nas escolas as avaliações dos alunos portadores de necessidades especiais perguntamos aos gestores: Como é realizada a avaliação dos alunos com necessidades especiais? É a mesma do restante da turma?

Os gestores da Educação Básica explicaram que: “A avaliação deve ser diferente por que os alunos são diferentes em sua totalidade”. “Deve se avaliar tudo o que o aluno possui e produz”. “O mais importante é que o aluno dentro de suas possibilidades saiba que tem responsabilidades e deveres a cumprir. O aluno com necessidades especiais é o que mais precisa do apoio dos professores e muitas vezes o mais deixado de lado”.

Os gestores da Educação Infantil relatam: “Não há nenhum registro de avaliação na Educação Infantil. Não é parado para planejar para crianças com necessidades especiais, pois elas devem estar incluídas e isso significa que devem ter as mesmas atividades do restante da turma”.

A educação inclusiva é vista como a melhor forma de atendimento para alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem. A escola juntamente com o professor desenvolve um papel fundamental para a formação deste seres estabelecendo um vínculo com a sociedade, o integrando a mesma. Esse processo se da através de professores qualificados e de um meio entre a educação especial e a escola.

É ressaltado pelo Ministério da Educação (1999 p.47):

O professor de classe regular precisa entender o significado de uma escola inclusiva a partir de seus conhecimentos anteriores como professor. Precisa entender, também, que seus alunos desenvolvem meio diferentes de aprendizagem, por isso, às vezes utilizam caminho que o próprio professor desconhece.

Cabe a cada um, especialmente aos que diariamente trabalham com as crianças, tentar romper com algumas concepções de infância, permitindo e favorecendo o brincar. Garantindo assim a inclusão da criança com necessidades especiais. Favorecendo a um ambiente onde ela seja integrada de maneira que possa interagir e produzir igualmente com os demais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante deste relatório concluímos que desde a edição da nova LDB de 1996, a educação brasileira sofreu algumas modificações, encontrando-se amparada por diversas leis. No que diz respeito à inclusão na rede regular de ensino houve grandes transformações no modo de ensinar e encarar o diferente em sala de aula. A visão de inclusão hoje se encontra inserida num processo de mudança, um processo de inserir crianças ditas normal com crianças portadoras de alguma deficiência.

Sabemos que em torno de 10% da população brasileira apresenta alguma deficiência com isso torna imprescindível que nossas escolas estejam preparadas para lidar com as diferenças. Frente a esse paradigma educativo a escola tem por obrigação atender a todas as crianças sem exceção, sendo este um espaço para transformações. A estrada a escola interfere em muitas mudanças na vida de uma criança. Tais crianças quando com necessidades especiais tem uma dificuldade maior em se relacionar com essas mudanças. O grande desafio, porém é criar um meio onde as mesmas se relacionem e se tornem produtivas em seu ambiente escolar.

Nesta perspectiva nos deparamos não só com a inclusão, mas também com a exclusão, que envolve os aspectos sociais, políticos, culturais. Vale lembrarmos que a discriminação envolve além de tudo o próprio discurso de inclusão, pois trata o indivíduo de forma diferente.

É importante lembrarmos que um mundo inclusivo é um mundo onde as oportunidades sejam as mesmas, que vai bem além de apenas um processo de inserir a criança na rede regular de ensino.

É de extrema importância o diálogo entre pais e professores para que a escola e a família possam andar juntos no processo de ensino aprendizagem, pois o que ocorre muitas vezes é que a escola e os pais trabalham em um ritmo diferenciado com as crianças, não se tratando apenas de famílias que possuam crianças com necessidades especiais, mas sim de um modo geral já que os alunos encontram-se em transformações em virtude dos rumos que nossa sociedade está tomando.

A escola também deve ter em mente que necessita de novas metodologias para ensinar num mundo das diferenças.

Os entrevistados também contribuíram dessas ideias expondo a realidade de suas escolas, das dificuldades de se trabalhar com a inclusão em sala de aula e a necessidade de se rever às práticas pedagógicas que perduram em nossas escolas. Os relatos foram de grande importância para que possamos fazer um paralelo entre o que a lei garante e exige para a educação inclusiva e a realidade que encontramos em sala de aula.

A pesquisa possibilitou o conhecimento das leis que amparam a Educação Inclusiva, sendo de grande importância para a formação do docente, para que possa obter maior conhecimento para lidar com as situações do cotidiano em sala de aula. Em virtude do tempo, não foi possível fazer uma análise mais profunda sobre o tema, outras pessoas poderão estar fazendo novas contribuições.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. **Mal-Estar na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 272.
- BRASIL, Mec. **Recursos do FUNDEB**. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sed/index.php?option=content&task=view&id=288&Itemid=270> Acesso em 15 set. 2008
- EVANS, Judith. **Princípios de Educação Inclusiva para a Primeira Série**. Gestão em Rede, 2003. Revista.
- FALSARELLA, Ana Maria. **As Origens da Gestão Escolar**. São Paulo. 2006. Material Didático.
- MRECH, Leny Magalhães. **O Que é Educação Inclusiva?**. São Paulo. Material Didático.
- MIGUEL, G. Arroyo. **Da Escola Carente a Escola Possível**. 6 ed. São Paulo: Loyola, 2003, p. 183
- SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Política de Educação Inclusiva**. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 2001, p. 64.
- UHLE, Águeda Bernadete. **A Administração Educacional: Suas Transformações e o Perigo da Corrupção da Linguagem**. Campinas, 1988. Material Didático.
- VIANA, Heraldo M. **Avaliação Educacional: Teoria, Planejamento e Prática**. São Paulo: Ibrasa, 2000, p. 193.